

"A selva escura da história do Brasil" e o seu "torrão paulista": Paulo Prado através da lupa de Capistrano de Abreu¹

[*"The Dark Jungle of Brazil's History" and its "Turf in São Paulo": Paulo Prado through the magnifying glass of Capistrano de Abreu*

Thais Chang Waldman²

RESUMO Ao estrear como escritor, Paulo Prado (1869-1943) afirma claramente sua filiação ao grande historiador Capistrano de Abreu (1853-1927), um marco da moderna historiografia brasileira. É justamente pela "mão segura e amiga" de Capistrano que Prado declara ter "penetr[ado] a selva escura da história do Brasil, de que é parte tão importante a história do nosso torrão paulista". Prado descreve-o como o grande responsável pelo seu interesse pelas coisas brasileiras na diversidade de suas expressões. Mas a despeito dessa forte interlocução entre os dois, cabe indagar: é possível enxergar em Prado um historiador *à la* Capistrano? No presente artigo, procuro responder a essa questão por meio de uma breve análise das proximidades e distâncias da produção de Prado em relação à obra de Capistrano. • **PALAVRAS-CHAVE** Paulo Prado; Capistrano de Abreu;

pensamento social brasileiro. • **ABSTRACT** In his writing debut, Paulo Prado (1869–1943) avows his filiation with the great historian Capistrano de Abreu (1853–1927), a milestone of modern historiography in Brazil. Prado asserts he was taken by Capistrano's "friendly firm hands [...] into the dark jungle of Brazil's history that is such an important part of our turf in São Paulo". Prado describes him as being largely responsible for awakening his interest in all things that are Brazilian in their variety of expressions. Despite their intense interlocution, it is worth questioning: Is Prado a historian in the manner of Capistrano? This article sought to answer this question through a brief analysis of proximities and distances between Prado's production and Capistrano's works. • **KEYWORDS** Paulo Prado; Capistrano de Abreu; Brazilian Social Thought.

Recebido em 07 de julho de 2014

Aprovado em 10 de novembro de 2014

WALDMAN, THAIS CHANG. "A selva escura da história do Brasil" e o seu "torrão paulista": Paulo Prado através da lupa de Capistrano de Abreu. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 61, p. 183-202, ago. 2015.
DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.voi61p183-202>

¹ O presente artigo é fruto de minha dissertação de mestrado *Moderno Bandeirante: Paulo Prado entre espaços e tradições* (2009), financiada pela FAPESP, sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Arêas Peixoto, a quem sou muito grata.

² Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP).

“O PAULO AMIGO” E SEU “MESTRE”

Criado no seio de uma tradicional família paulista ligada à produção do café, Paulo Prado (1869-1943) graduou-se na última turma do Império, estabelecendo-se logo em seguida em Paris, na casa do tio, Eduardo Prado (1860-1901). É no interior do círculo de amigos de Eduardo — Eça de Queirós (1845-1900), Graça Aranha (1868-1931), Afonso Arinos de Melo Franco (1868-1916), Oliveira Martins (1845-1894), Barão do Rio Branco (1845-1912), Domício da Gama (1862-1925), Olavo Bilac (1865-1918), Joaquim Nabuco (1849-1910), entre outros — que Paulo Prado afirma ter “apura[do] o [seu] patriotismo”¹.

Por intermédio desse círculo de intelectuais, Paulo Prado também se aproxima da obra do historiador brasileiro Capistrano de Abreu (1853-1927) — a quem chamará diversas vezes de “Mestre” —, ainda que este nunca tenha viajado para a Europa. Paulo Prado e Capistrano tornam-se amigos íntimos. No entanto, um é “rico, cheio de civilização, com quadros de Picasso na parede, e outro, pobre e rude, dormindo em rede, com livros pelo chão, desalinhado de roupa, com barba grande, intratável com a sociedade e fora de tudo que fosse vida de salão”². Mas o que poderia atrair “um homem *à la page*”³, um elegante aristocrata paulista tido como “a flor da civilização”⁴, na obra de “um Peri de paletó surrado”⁵, um “rústico sertanejo”⁶? Muitas coisas, como veremos a seguir.

É em Paris, em 1918, que Paulo Prado começa a se corresponder com Capistrano. Inicia-se, então, uma longa e refinada interlocução, na qual ambos emitem e

1 PRADO, Paulo. Prefácio. In: COELHO, Henrique. *Joaquim Nabuco: esboço biográfico*. São Paulo, Monteiro Lobato, 1922, p. 5.

2 REGO, José L. Paulo Prado. *O Jornal*. 13 nov.1943.

3 ANDRADE, Oswald. Retoques ao Retrato do Brasil. *O Jornal*. 06 jan.1929.

4 *apud* RODRIGUES, José. H. (org.) *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, vol. 2, p.468.

5 OTÁVIO FILHO, Rodrigo. A vida de Capistrano de Abreu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 221, out/dez, 1953, p. 57.

6 CÂMARA, José A. *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969. (Coleção Documentos Brasileiros, vol. 136), p. 89.

ponderam juízos acerca da cultura brasileira⁷. O “Paulo amigo” a quem se refere Capistrano é um de seus mais importantes correspondentes⁸. E se Paulo Prado é autor de dois livros sobre a história de São Paulo e a formação do povo brasileiro — *Paulística: história de São Paulo* (1925) e *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928) —, essa troca de correspondência coincide exatamente com o período da escrita da primeira edição de ambos os livros. Através de comentários, críticas e indicações que realiza por meio das cartas, Capistrano, de certa forma, auxilia Prado a montar sua obra⁹. O próprio Prado comenta que Capistrano era “um curso vivo de saber e erudição. Dava assim aos discípulos a ilusão de que eram colaboradores numa obra comum”¹⁰.

A partir de 1920, Capistrano assume literalmente a tarefa de orientador do companheiro mais jovem¹¹: “Para a nossa primeira orientação recomendo-lhe Southey, atrasado quanto à documentação, mas superior quanto ao mais”. Daí em diante, as orientações não param: “Você não leu em estado de graça o Gabriel Soares e o Antonil. Releia-os mais tarde e verá”; “V. se acostume a consultar o *Catálogo da Exposição de História e Geografia*”; “para estudar a regeneração de S. Paulo, servirão Saint-Hilaire, D’Alincourt, que o Museu possui, alguns artigos da *Rev. do I. H. Paulista*”; “recomendo-lhe o escrito de Sousa de Chichorro sobre São Paulo de 1814”; “sobre o *Caminho do Mar* pode indiretamente servir-lhe o livro de Djalma Forjaz, biógrafo de Vergueiro”¹².

Mas essa não é uma relação de mão única: ambos discutem abertamente, acompanhando um o trabalho do outro. Capistrano orienta Paulo Prado, mas também quer que ele opine sobre o seu trabalho. Pede sua apreciação, por exemplo, sobre o prefácio que publica em 1881 ao livro *Do princípio e Origem dos Índios no Brasil e de seus costumes, adorações e cerimônias*, no qual aponta o jesuíta português Fernão Cardim como real autor do texto prefaciado: “V., que acaba de ler *Narrativa Epistolar*, fui leviano ao atribuir a Cardim o escrito sobre os índios?”¹³. Posteriormente, envia a Prado outros dois artigos que atribui ao jesuíta, e comenta: “V., que já conhece o estilo do homem, dirá se tenho razão”¹⁴.

Inicialmente, a ideia da correspondência entre eles parte de Capistrano, que queria a ajuda financeira de Paulo Prado para retomar um projeto inacabado de

7 Sobre a correspondência trocada entre Paulo Prado e Capistrano de Abreu, cf. AMED, Fernando. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo, Alameda, 2006; e GONTIJO, Rebeca. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In. GOMES, Angela. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro, FGV, 2004, p.163-193.

8 As cartas de Capistrano a Paulo Prado somam 116 epístolas. Infelizmente, as cartas escritas por Prado não foram encontradas ainda, cf. RODRIGUES, José. H. (org.). *Correspondência..., op. cit.*

9 Sobre a obra de Paulo Prado, cf. BERRIEL, Carlos. *Tietê, Tejo e Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas, Papirus, 2000.

10 PRADO, Paulo. *Paulística: história de São Paulo*. 2. ed. Rio de Janeiro, Ariel, 1934, p.233.

11 Apesar da diferença de dezesseis anos de idade, Paulo Prado falava de Capistrano como se fosse seu companheiro de geração. REGO, José. L., *op. cit.*

12 *apud* RODRIGUES, José. H. (org.). *Correspondência..., op. cit.*, vol. 2, p. 392; 428; 419; 458; 464.

13 *Idem*, vol. 2, p. 387.

14 *Idem*, vol. 2, p. 392.

seu tio Eduardo: a publicação de uma série de documentos e textos inéditos sobre os primórdios da colonização portuguesa. Segundo Capistrano,

Paulo Prado, sobrinho de Eduardo, é um rapaz culto. Atirado ao comércio, tem prosperado sem abandonar os livros. Preso em casa pela gota, leu meus *Capítulos* e ganhou amor à História. Sugeri que em honra do tio, cuja memória continua a estremecer, publicasse uns livros com o título *Eduardo Prado*. Aceitou a ideia, com a condição de escrever os prólogos este seu amigo.¹⁵

Há aqui uma valorização do lado intelectual de Paulo Prado, que apesar do dinheiro e dos negócios herdados da família, não abandona os livros, a cultura, o saber. Capistrano, ao contrário, não possui a vantagem decisiva do capital econômico herdado, que o tornaria livre das sujeições oriundas da sobrevivência. Prado aceita, então, a proposta de reativar parte do projeto inacabado de Eduardo, financiando a publicação de obras raras ou em estado manuscrito original que estivessem relacionadas ao passado histórico do Brasil. Ao homenagear a memória do tio, acredita poder contribuir para o acúmulo de informações documentais sobre a construção do Brasil.

As relações entre Capistrano e seu “amigo carinhoso e discípulo amado”¹⁶, no entanto, nem sempre eram tranquilas. Ao ocupar a posição do mecenas, Paulo Prado tem o poder de decidir os rumos a serem seguidos pelas publicações por ele financiadas. A Capistrano cabe orientá-lo nessa tarefa, além, é claro, de prestar contas do dinheiro que recebe. Logo na preparação do primeiro livro da série *Eduardo Prado*, Capistrano já dá sinais de descontentamento quanto a sua posição econômica subalterna:

Entende [Paulo Prado] que a publicação deve ser integral; em documento não se toca. Entreguei-lhe o volume de *Confissões da Bahia* que levou para examinar. Na próxima semana virá assistir a um casamento e então saberemos o que fica resolvido. *Albarda-se o burro à vontade do dono*, lá diz o provérbio.¹⁷

As hierarquias fazem parte obrigatoriamente da amizade entre os dois, ainda que as posições não sejam fixas, podendo inverter-se, já que Paulo Prado possui o capital econômico, mas é Capistrano quem tem a supremacia intelectual. A ajuda financeira de Prado, no entanto, é fundamental. É por seu intermédio que a maioria dos documentos estudados por Capistrano tornam-se públicos, assim como alguns de seus trabalhos, entre eles parte de seus estudos sobre a língua Bacairi, impressos por Prado, e a tradução que realiza de um texto do etnólogo Karl von den Steinen (1855-1929), financiada por Prado a pedido do antropólogo Franz Boas (1858-1942).

Capistrano discute com Paulo Prado desde a qualidade do trabalho dos copistas, o preço de seus serviços, o trabalho das tipografias e dos alfarrabistas, até a

15 *Idem*, vol. 3, p. 99.

16 ABREU, Capistrano. Prefácio. In. MENDONÇA, Heitor. F. *Primeira visitaçào do Santo Officio às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça*. Denunciações da Bahia 1591-93. São Paulo, Paulo Prado, 1925, p. 37.

17 *apud* RODRIGUES, José. H. (org.). *op. cit.*, vol.3, p. 141, *grifo meu*.

precariedade das editoras nacionais e o perfil dos editores, introduzindo assim todo um procedimento metódico de edição de textos. Durante anos, Prado se dedica à edição de manuscritos antigos sobre a história do Brasil e, sem a publicação metódica desses documentos, afirma Capistrano, a escrita da história brasileira seria prematura. Essa assídua interlocução só é interrompida com a morte de Capistrano, em 1927. Nessa ocasião, Prado se une a alguns amigos, admiradores e discípulos do historiador — como Eugênio de Castro (1882-1947) e Rodolfo Garcia (1873-1949) —, e funda em sua memória a Sociedade Capistrano de Abreu.

A ideia da criação dessa agremiação parte do próprio Paulo Prado. Sediada na última residência do historiador, a Sociedade Capistrano de Abreu conserva e organiza sua biblioteca; compila e edita grande parte da sua obra, dispersa em edições esgotadas e em periódicos antigos¹⁸; e realiza concursos para incentivar pesquisas inéditas sobre a história nacional. É Prado também quem financia as publicações. Através dessa agremiação, vemos o modo como ele reclama sua filiação ao “trabalho monumental” de seu “Mestre”.

Ao falar de Capistrano, implicitamente, Paulo Prado fala de si mesmo e de sua busca para “melhor conhecer o Brasil”. Do mesmo modo que o faz com o tio Eduardo, sublinha suas dívidas com Capistrano através de sucessivas homenagens. E, mais do que isso, ao financiar a série *Eduardo Prado* e as (re)edições publicadas pela Sociedade Capistrano de Abreu, abre espaço para um movimento editorial — juntamente com a atuação de Monteiro Lobato (1882-1948) no mercado editorial na década de 1920, ainda que este seja um empreendimento muito mais grandioso¹⁹ —, que adquire grande importância a partir dos anos 1930, quando o desejo de nacionalizar o livro se generaliza em larga escala.

Se na Europa, especialmente nas rodas literárias organizadas pelo tio, Paulo Prado adquire interesse pela história pátria, é no Brasil, com Capistrano, que ele de fato começa a investir no trabalho de pesquisa e documentação. Incorpora a partir daí as imagens do “historiador erudito”, “doador magnânimo” e “editor benemérito”, tal como é chamado no agradecimento da segunda edição da *Primeira visitaçao do Santo Oficio às partes do Brasil: Confissões da Bahia* (1935), livro que inaugura a série *Eduardo Prado*, em 1922, e cujos direitos autorais foram doados por Prado a Sociedade Capistrano de Abreu.

18 As obras de Capistrano (re)editadas pela Sociedade Capistrano de Abreu são: *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, a 2ª edição em 1928, a 3ª em 1934, a 4ª em 1954 e a 5ª em 1969; a 2ª edição de *O Descobrimento do Brasil*, em 1929 (no mesmo ano, Prado publica *O Descobrimento*, em *O Jornal*, sobre o livro do amigo); a coletânea *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, em 1930; a primeira série de *Ensaios e Estudos*, em 1931, a segunda em 1932, a terceira em 1938 e a 2ª edição da terceira série em 1969; a 2ª edição da *Primeira visitaçao do Santo Oficio às partes do Brasil (Confissões da Bahia, 1591-1592)*, em 1935; a 2ª edição de *Rã-txa-Hu-ni-ku-i*, acrescida de emendas do autor e estudo crítico de Theodor Koch-Grünberg, em 1941.

19 A editora Monteiro Lobato & Cia revoluciona, nos anos 1920, o sistema de distribuição e o aspecto gráfico dos livros, investe na propaganda do produto, lança autores inéditos e permite uma espécie de libertação das péssimas condições de trabalho impostas aos escritores pelos editores estrangeiros (como Francisco Alves, Garnier, Brigueit etc.), praticamente donos do mercado editorial até então. Cf PASSIANNI, Enio. *Na trilha do Jeca*: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil. São Paulo, Edusc, 2003.

É justamente pela “mão segura e amiga” de Capistrano que Paulo Prado declara ter “penetr[ado] a selva escura da história do Brasil, de que é parte tão importante a história do nosso torrão paulista”²⁰. Prado descreve-o como o grande responsável pelo seu interesse pelas coisas brasileiras na diversidade de suas expressões. Mas a despeito dessa forte interlocução entre os dois, cabe indagar: é possível enxergar em Prado um historiador *à la* Capistrano? Nas páginas a seguir, procuro responder a essa questão por meio de uma breve análise das proximidades e distâncias da produção de Prado em relação à obra de Capistrano.

O CAMINHO DO MAR

Ao estrear como escritor, Paulo Prado afirma claramente sua filiação ao historiador Capistrano de Abreu. Mas se Capistrano, segundo definição do próprio Prado, é um “brasileiro do Brasil”²¹, apaixonado tanto pela história das ilhas de Marajó, no extremo norte, quanto pelos vestígios das reduções jesuíticas, nos pampas orientais, Prado pode ser definido como um brasileiro de São Paulo (e não foi o único). Lembremos que no final do século XIX, muitos intelectuais paulistas, sentindo-se colocados à margem dos círculos das letras do Rio de Janeiro, ambicionavam reescrever a história do Brasil e da epopeia paulista a partir da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP)²².

Assim como nos demais institutos e academias, é possível observar entre os sócios do IHGSP a formação de grandes dinastias, como a da família Prado: Veridiana, Antônio, Martinho Jr., Eduardo e Paulo são associados à instituição²³. Do mesmo modo, procurava-se estabelecer também contato com historiadores renomados de outras províncias, como o cearense Capistrano de Abreu. Logo após se associar ao IHGSP, Paulo Prado publica seu primeiro livro, *Paulística: história de São Paulo* (1925), seguindo a orientação de Capistrano.

O primeiro livro de Paulo Prado é, desde o título, uma homenagem a Capistrano, que em 1917 publica na *Revista do Brasil* — uma das publicações brasileiras de maior repercussão e longevidade no início do século XX, dirigida por Prado entre 1923 e 1925 — um artigo sobre a existência de moedas de ouro batidas em São Vicente no

20 PRADO, Paulo. *Paulística: história de São Paulo*. São Paulo, Monteiro Lobato, 1925, p. V.

21 *Idem*, *Paulística... 2. ed., op. cit.*, 1934, p. 233.

22 Mas os paulistas, como sabido, não são pioneiros. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro já havia sido fundado, em 1838, no Rio de Janeiro. Os de Pernambuco (1862), Alagoas (1869) e Ceará (1887) vêm logo em seguida, e o da Bahia é fundado no mesmo ano em que o IHGSP. Ao todo, na virada do século, mais de vinte agremiações regionais se espalham pelo país. A respeito do IHGSP, cf. FERREIRA, Antonio. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica* (1870- 1940). São Paulo, UNESP, 2002; e SCHWARCZ, Lília. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

23 Sobre a família Prado, cf. LEVI, Darrell. *A Família Prado*. São Paulo, Cultura 70, 1977.

século XVII, intitulado *Paulística: a pretexto de uma moeda de ouro*²⁴. Segundo Prado, seus artigos “tudo devem à carinhosa solicitude de Capistrano de Abreu — até o título que os enfeixa”²⁵.

Ainda que de outro feitio, como veremos, a obra de Paulo Prado tenta ser uma contribuição ao projeto da antologia colonial proposta por Capistrano²⁶. Criador de uma “Escola de História”, esclarece Prado, Capistrano é quem lhe ensina que a escrita da história do Brasil depende primeiramente da escrita de “capítulos de história parcelada”. Destes, o que mais empolga e fascina Prado é precisamente o ressurgimento do passado paulista²⁷.

O estudo “completo e complexo” de Capistrano engloba duas histórias distintas, porém complementares: uma “íntima” e outra “externa”. A história “íntima” deve mostrar a maneira pela qual “aos poucos se foi formando a população, devassando o interior, ligando entre si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, adaptando-se por fim à nação”²⁸. Já a história “externa”, deve tratar o Brasil “como colônia portuguesa, a princípio desdenhada, dividida depois em donatárias para fazer frente aos franceses, paulatinamente reduzida a possessão régia, vaca de leite no tempo de D. João IV, bezerro de ouro no tempo de D. João V”²⁹.

A história íntima, com seus relatos sobre os costumes, a moralidade e os vícios parece ter despertado o interesse de Paulo Prado, fornecendo-lhe um roteiro para a montagem do painel histórico da província paulista e de sua gente, do século XVI até a crise da cultura cafeeira. Ao enveredar por essa trilha, recebe o incentivo do então presidente do estado de São Paulo, Washington Luís (1869-1957), também um estudioso das bandeiras paulistas, responsável, por exemplo, pela publicação dos vinte e sete volumes da *Nobiliarquia Paulistana* de Pedro Tacques (1714-1777). Washington Luís apela pela intermediação de Prado ao tentar entrar em contato com Capistrano, reconhecido conhecedor da história dos caminhos coloniais, para legitimar simbolicamente seu plano rodoviário. Ao que tudo indica, é nesse momento que Prado começa a se envolver com o tema do Caminho do Mar, base de todos seus escritos.

Daí em diante, Capistrano menciona o Caminho do Mar diversas vezes nas cartas enviadas a Paulo Prado, seja no sentido da recuperação daquilo que conhecia sobre o assunto, ou do estímulo que dava a Prado para que este publicasse um artigo sobre o tema. Quatro anos depois, Capistrano dá o seu aval ao texto de Prado: “Reli e devolvo

24 Sobre a *Revista do Brasil*, de sua fundação até 1925, cf. DE LUCA, Tânia. R. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo, UNESP, 1999.

25 PRADO, Paulo. *Paulística...*, *op. cit.*, 1925, p. V.

26 Os ensaios que compõem *Paulística* muitas vezes dão à coletânea certo teor de redundância e o próprio autor se desculpa, no prefácio à segunda edição do livro, ao explicar que a obra resulta de “simples coletâneas de vários estudos publicados em épocas diferentes, é desculpável que se repitam ideias, fatos e mesmo frases”. Diante disso, a tênue fronteira entre os textos será aqui dissolvida, tendo em vista uma análise da obra.

27 PRADO, Paulo. *Paulística...*, 2. ed., *op. cit.*, 1934, p. VIII.

28 ABREU, Capistrano. *Ensaios e estudos: crítica e história*. 4. série. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 157.

29 *Idem*, p.157-8.

o ‘Caminho do Mar’. Fiz alguns reparos a que V. dará a atenção que lhe parecer. Pode publicar sem susto”³⁰.

O Caminho do Mar, explica Paulo Prado, é a antiga ligação entre a cidade de São Paulo e o litoral. Tem uma “função seletiva”: isola ao invés de ligar. As escarpas e as dificuldades de transpor a Serra do Mar impedem a chegada de quaisquer influências, daí o caráter insubmisso e independente da cidade. Fernão Cardim, em sua *Narrativa Epistolar*, que Capistrano reúne em *Os tratados da terra e gente do Brasil* (1925), já narrava, no final do século XVI, o quão aterrorizante é a subida do Caminho do Mar, com suas serras altíssimas e seus rios caudais.

Ao privilegiar os caminhos e suas decorrências características como elementos explicativos centrais da história colonial, Paulo Prado segue uma corrente interpretativa da história nacional que, não à toa, vem de Capistrano e de seu ensaio *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*, publicado em 1889 no jornal *O comércio de São Paulo*, que pertencia a Eduardo Prado³¹. Em uma época na qual a ênfase está colocada nas origens europeias, Capistrano afirma que o estudo da história colonial brasileira depende do conhecimento da expansão e da influência de quatro núcleos principais de povoamento e de origem de expedições de exploração do território, a saber: São Vicente, Salvador, Pernambuco e Rio de Janeiro. A história do Brasil, explica ele, não é apenas a história da colonização da costa atlântica, mas a expansão pela terra, pelos caminhos, pelo sertão.

O interesse de Paulo Prado recai particularmente sobre a vila de São Vicente, primeiro núcleo de povoamento e origem de expedição de exploração do território. É lá que, segundo Capistrano, se inicia o movimento de povoamento do Brasil, devido à posição privilegiada do local que bebe das águas da bacia hidrográfica do Rio Prata e é cercado pela Serra da Mantiqueira. Logo, conclui Prado, “a história do que se chamou a ‘expansão geográfica do Brasil’ não é, em sua quase totalidade, senão o desenvolvimento fatal das qualidades étnicas do tipo paulista”³². Assim, ainda que Prado escreva posteriormente que para entender os problemas do seu tempo procurou “alongar a vista” pelos “outros Brasis” de que falava Capistrano — retratando inclusive Recife, a Bahia e o Rio de Janeiro —, o Brasil para ele é São Paulo³³.

Apesar da declarada filiação de Paulo Prado a Capistrano, o historiador cearense, é sabido, afasta-se de uma historiografia paulista e/ou regionalista, valorizando as contribuições de cada região à formação do Brasil. Ao contrário do que afirma Prado e outros historiadores paulistas da época, para Capistrano, a bandeira não é

30 *apud* RODRIGUES, José. H. (org.). *Correspondência.... op. cit.*, vol. 3, p. 460.

31 Ainda que a obra de Capistrano consolide uma mudança de direção na historiografia, é importante lembrar que tal mudança “vinha se desenhando, no plano da política e da própria consciência nacional, desde a Guerra do Paraguai, quando se tornaram patentes as enormes distâncias e a vulnerabilidade das fronteiras do Brasil, e quando teve lugar também uma espécie de ‘descoberta’ do sertão” cf. COSTA, Wilma P. História Geral das Bandeiras Paulistas. In: MOTA, Lourenço (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 3. ed., São Paulo, SENAC, 2001, vol. 2, p. 97-121.

32 PRADO, Paulo. *Paulística.... op. cit.*, 1925, p. 35.

33 *Idem*, *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo, Duprat- Mayença, 1928, p. 182.

um fenômeno exclusivo de São Paulo, havendo bandeiras baianas, pernambucanas, maranhenses e paraenses. Os caminhos coloniais, segundo ele, serviriam não somente como vias de ocupação e povoamento do sertão, mas também para unir os fragmentos dispersos, representados pelas áreas geográficas e pelos núcleos iniciais de povoamento. Assim, Capistrano constrói a unidade da nação brasileira através da soma precária e tênue de regiões diversas.

Não sem alguma ironia, Capistrano se refere ao Caminho do Mar como “as Termópilas Paulistas”³⁴, em uma clara alusão à batalha travada entre gregos e persas durante as chamadas Guerras Médicas, o que o leva a comparar Paulo Prado a Leônidas, que com uma tropa de apenas 300 guerreiros espartanos consegue repelir os primeiros ataques persas.

Isolado do resto do país, os intrépidos sertanistas luso-indígenas dos séculos XVI e XVII mantém a “pureza” de sua “raça” através da hereditariedade e da endogamia. O “cunho” mameluco, afirma Paulo Prado, é “a nota aristocrática do Paulista puro”³⁵. Desse modo, o isolamento da vila, que poderia ser prejudicial ao desenvolvimento da região Planaltina, é transformado em um fator altamente positivo ao permitir a formação de uma nova “raça”³⁶. O processo de segregação, explica Prado, teria dado ao “Paulista” uma “feição específica”, preparando-o “para a tarefa que lhe iria competir na nacionalidade brasileira”³⁷.

Mas as bandeiras do século XVI também deixaram devastação pelo caminho, além de dizimarem numerosos grupos indígenas. O “gentil imbele, disperso e mal armado”, afirma Prado, é exterminado e escravizado pela “raça forte e conquistadora”, o que “talvez” seja “a página negra da história das bandeiras”³⁸. Mas, ainda que abra um breve parágrafo para mencionar o extermínio e a escravização do índio, logo volta a exaltar os “heroicos piratinicanos”. Capistrano é quem resgata essa outra face do bandeirante ao citar as atrocidades cometidas contra os indígenas, relativizando a suposta harmonia e colaboração entre as “três raças” e mesmo dentro de cada uma delas³⁹.

No final do século XVIII, porém, já não há mais isolamento e nem o tipo primitivo, apenas uma “contribuição histórica e racial de um epígono prestes a desaparecer”⁴⁰. Prado retira de Capistrano seu esquema para o entendimento da evolução da província, segundo o qual seria necessário “acompanhar a Paulicéia até seu clímax, mostrar como declinou e como readquiriu seu lugar”⁴¹. Se o “clímax” desse gráfico é decorrente da expansão colonizadora e mineira do século XVII, a “decadência” será resultado do despovoamento provocado por essas mesmas conquistas.

34 *apud* RODRIGUES, José. H. (org.). *Correspondência...*, *op. cit.*, vol. 2, p. 397.

35 PRADO, Paulo. *Paulística...*, *op. cit.*, 1925, p. 122.

36 BLAJ, Ilana. *A Trama das tensões*. São Paulo, Humanitas, 2002.

37 PRADO, Paulo. *Paulística...*, *op. cit.*, 1925, p. 24.

38 *Idem*, p. 54.

39 ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial*. 7. ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1988.

40 PRADO, Paulo. *Paulística...*, *op. cit.*, 1925, p. 40.

41 *apud* RODRIGUES, José. H. (org.). *Correspondência...*, *op. cit.*, vol. 2, p. 432.

Ao sedentarizar-se, o mameluco tão exaltado por Paulo Prado se transforma no caboclo vagabundo, preguiçoso e atrasado, tipo exemplarmente trabalhado por Monteiro Lobato. De livre e independente, o “Paulista” transforma-se no Jeca Tatu⁴². Com a abertura de novos caminhos e o contato com outras populações, a província se integra à nação e o paulista, sem seguir caminho próprio, perde seu P maiúsculo. Desapontado com o que restou de suas “Termópilas”, Prado irá retratar o Brasil com “a confiança no futuro, que não pode ser pior que o passado”⁴³.

A PROVÍNCIA E A NAÇÃO

Se *Paulística* trata da história de São Paulo, *Retrato do Brasil* dedica-se ao país como um todo. As duas obras, no entanto, não podem ser tomadas separadamente, uma vez que, para Paulo Prado, a nação depende da província. A preocupação regional presente em *Paulística* está diretamente relacionada à projeção nacional de *Retrato do Brasil*. Assim, as ideias que Prado apresenta em sua história de São Paulo são por ele retomadas e inseridas no âmbito nacional.

O segundo livro de Paulo Prado é mais uma homenagem a Capistrano que, se dessa vez não dá o título a obra, é quem escreve a epígrafe, retirada de uma de suas cartas a João Lúcio de Azevedo: “[O jaburu...] a ave que para mim simboliza nossa terra. Tem estatura avantajada, pernas grossas, asas fornidas, e passa os dias com uma perna cruzada na outra, triste, triste, daquela austera, apagada e vil tristeza”⁴⁴. Prado recupera essa imagem para apresentar a tese central de seu segundo livro: “Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram”⁴⁵. A falta de ação, explica Prado, é herança da colonização portuguesa.

Capistrano encontra o tema da tristeza nos relatos por ele editados do Padre Anchieta e de Frei Vicente de Salvador. Em seu prefácio às *Informações e fragmentos históricos do padre Joseph de Anchieta, S. J. (1584-1586)*, escrito em 1886, Capistrano já chamava atenção para a questão da melancolia, ponto central do texto de Anchieta. Mas *Retrato do Brasil* é publicado um ano após a morte do historiador cearense e, ao contrário de *Paulística*, não recebe seu aval. Ainda assim, é o jaburu entristecido de Capistrano quem introduz o retrato da nação de Prado e, direta ou indiretamente, permeia toda a obra.

42 Monteiro Lobato, anos mais tarde, muda de postura e afirma que o Jeca Tatu não é doente, ele está doente. Na 2ª edição de *Urupês*, inclui uma nota explicativa em que pede desculpas ao seu personagem: “E aqui aproveito o lance para implorar perdão ao pobre Jeca. Eu ignorava que eras assim, meu Tatu, por motivos de doença. Hoje é com piedade infinita que te encara quem, naquele tempo, só via em ti um mamparreiro de marca. Perdoas?” cf. LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 2.ed. São Paulo, Monteiro Lobato e Cia, 1923, p. VII.

43 PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil...*, op. cit., p. 216.

44 apud RODRIGUES, José H. (org.). *Correspondência...*, op. cit., vol. 2, p. 21.

45 PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil...*, op. cit., p. 09. Sobre o imaginário da tristeza como parte de um processo mais amplo de construção da identidade nacional brasileira no período da *belle époque*, cf. ROCHA, Gilmar. Nação, tristeza e exotismo no Brasil da *belle époque*. *Varia História*, vol. 24, n. 24, p. 172-189, 2001.

Nos quatro capítulos que compõem *Retrato do Brasil — A luxúria, A cobiça, A tristeza e O romantismo* —, Paulo Prado segue mais uma vez o antigo esquema para entendimento da evolução da província de Capistrano, que deu origem a sua história paulista. Para sustentar a tese da permanência da tristeza como traço do caráter brasileiro, retorna à época da descoberta do Brasil, pois o contato com o conquistador português teria marcado de modo decisivo a experiência brasileira. Nos dois capítulos iniciais, ao falar sobre a luxúria e a cobiça, prepara o terreno no qual se assentará o terceiro capítulo, a respeito da tristeza. Originária do período colonial, a tristeza é agravada pelo romantismo do século XIX, assunto do quarto e último capítulo. Os primeiros tempos do Brasil colonial de Prado, portanto, são marcados por vícios e pecados que deixam como legado a melancolia.

O governo português do início do século XVI, explica Paulo Prado, não procura se estabelecer no território recém-achado. A base aqui fundada pelo português se apresenta fluida e instável, marcada pelo “desamor à terra, aquilo que o nosso historiador [Capistrano] chamou de transoceanismo: o desejo de ganhar fortuna o mais depressa possível para desfrutá-la no além-mar”⁴⁶. A colonização, portanto, não produz vida social porque os sonhos, os gastos e os sentidos apaixonados são transoceânicos.

Ao cunhar a expressão “transoceanismo”, Capistrano referia-se ao sentimento de melancolia e desdém pela terra descoberta, predominante nos primeiros povoadores do Brasil, que desejavam retornar ao Reino tão logo fizessem fortuna. A caracterização dos portugueses como “usufrutuários”, ou seja, pessoas que apenas desfrutam a terra e a deixam-na destruída, Capistrano já havia encontrado nas *Informações e fragmentos históricos do padre Joseph de Anchieta, S. J. (1584-1586)*, por ele prefaciada, como visto, e na *História do Brasil (1500-1627)* de Frei Vicente de Salvador, inédita até 1886, quando Capistrano começa a apresentá-la em fascículos no *Diário Oficial*.

Não há interesse luso em organizar nada mais estável no país, porque o Brasil é visto como “um degredo ou um purgatório”, completa Paulo Prado⁴⁷. A experiência da colonização é marcada, de um lado, por paixões insaciáveis e ausência de sentimentos morais superiores; de outro, pela saudade portuguesa da terra do além-mar. Do que resultou o fato do brasileiro, descendente tropical do português, se revelar mais triste do que seu antepassado lusitano.

Se o homem não é produto do meio, explica Paulo Prado, é incontestável que a “molícia do ambiente físico”, “a ligeireza do vestuário” e a “cumplicidade do deserto” influem no “tipo racial” e no seu modo de viver. Diante da mulher indígena e posteriormente da escrava negra, o aventureiro satisfaz seu “apetite de homem”, tão repellido pela organização da sociedade europeia. O que indica também uma solução para o problema da colonização, diante da falta de mulheres brancas. O colonizador português, já explicava Capistrano, é marcado por uma “escassez, se não ausência de mulheres em seu sangue”⁴⁸, ideia que é repetida por Prado e por toda uma historiografia posterior.

46 *Idem*, p. 51.

47 *Idem*, p. 128.

48 ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial...*, op. cit., p. 70.

Vale lembrar que, em 1922, Paulo Prado e Capistrano inauguram a série *Eduardo Prado com a Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: confissões da Bahia 1591-92*. Financiada por Prado e prefaciada por Capistrano, a obra reúne depoimentos recolhidos em 1591 na capitania-sede do governo-geral do Brasil durante a primeira visitação do Santo Ofício da Inquisição, encabeçada pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça. São depoimentos de colonos, índios, mamelucos, homens e mulheres de variada condição social que, amedrontados, relatam seus erros heréticos. O Santo Ofício os perseguia não apenas pelas chamadas heresias “judaizantes”, mas também devido a acusações de sodomia, adultério, fornicação, homossexualismo, bigamia, bruxaria, leitura de livros proibidos e sacrilégios, entre outras coisas.

Capistrano classifica os relatos de “heresias sexuais” como um assunto “melindroso”, mas ao discutir com Paulo Prado a maneira pela qual o material deveria ser impresso, acaba concordando com o amigo: “Você tem razão e não importa a pornografia; a impressão deve ser inteira”⁴⁹. Ambos dão continuidade a esse trabalho ao editarem, três anos depois, as *Denúncias da Bahia 1591-93*, também com prefácio de Capistrano. Após a morte de Capistrano, Prado encerra a série, em 1929, com a publicação das *Denúncias de Pernambuco 1593-1595*, introduzida por Rodolfo Garcia. A escolha dos textos que compõem a série não é casual, explica Capistrano, pois Eduardo demonstrava grande interesse pelas questões inquisitoriais, tendo planejado dois livros sobre processos do Santo Ofício⁵⁰.

Paulo Prado salienta a importância desses preciosos documentos cheios de “sujidades” e afirma que “é também no segredo inquisitorial a mostra minuciosa e completa das mais baixas paixões, que só parece devam existir na decadência das civilizações”⁵¹. Nas descrições que faz dos relatos do visitador do Santo Ofício, Prado inclusive comete alguns excessos para enfatizar a dissolução dos costumes na Colônia. A mameluca Luísa Roiz, por exemplo, é descrita por Prado como uma “tribade” que “perseguia na sua fúria as negras da cidade”, quando no depoimento publicado nas *Confissões da Bahia* não há indícios de lesbianismo e nem de perseguição a negras, trata-se de uma confissão de adesão a uma seita herética.

Se por um lado Paulo Prado considera que a luta contra os jesuítas foi fundamental para mostrar a identidade e a originalidade dos primeiros paulistas, por outro, retira desses mesmos jesuítas e/ou da Inquisição um argumento central de sua obra: a visão do Brasil como um Inferno, e não como Paraíso. A imagem — ou retrato — que extrai das páginas dessas denúncias é a de uma “terra de todos os vícios e de todos os crimes”⁵². Desse modo, explica ele, se o povoamento do Brasil ocorre devido ao pecado da luxúria, sua própria descoberta tem origem em outro pecado não menos mortal: a cobiça. Mas a corrida do aventureiro atrás da prata, do ouro e das pedras preciosas, durante quase dois séculos, resulta apenas em ilusões e desencantos, compensados com a captura e escravização do índio.

49 *apud* RODRIGUES, José H. (org.). *Correspondência...*, *op. cit.*, vol. 2, p. 391.

50 ABREU, Capistrano. Prefácio. In: MENDONÇA, H. F. *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça*. Confissões da Bahia (1591-92). São Paulo, Paulo Prado, 1922, p.1-38.

51 PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil...*, *op. cit.*, p. 40.

52 *Idem*, p. 37.

Após anos de procura, fortunas amontoam-se repentinamente pelo “acaso feliz” das descobertas das minas das Gerais. Em meados do século XVIII, durante o ciclo do ouro, Vila Rica torna-se a cidade mais opulenta do mundo. Para o Brasil, porém, esse século foi também o do martírio. As bandeiras, sempre tão exaltadas, estavam morrendo, “sofrendo da mesma fome, da mesma sede, da mesma loucura. Ouro. Ouro. Ouro”⁵³. A cobiça arruinava o país, explica Prado, e o governo brasileiro, repleto de despesas, não conseguia explicar o “enigma de tanta falta de dinheiro ao lado de montanhas de ouro”⁵⁴.

Em meio a uma atmosfera marcada por paixões insaciáveis que levam ao enfraquecimento físico e psicológico, o habitante da colônia obedecia, segundo Paulo Prado, somente aos impulsos da “ambição do ouro” e da “sensualidade livre e infrene”, deixando como legado a melancolia⁵⁵. O quadro se agrava ainda mais no século XIX, quando o “mal romântico” distorce a realidade e incentiva a busca de felicidade em um mundo imaginário. Prado caracteriza a essência desse “mal” utilizando “dois princípios patológicos”⁵⁶: a “hipertrofia da imaginação” e a “exaltação da sensibilidade”, que, como todos os excessos, levam à melancolia e deformam de maneira insidiosa o organismo social⁵⁷.

Paulo Prado menciona o fato de ser lugar comum, naqueles anos 1920, falar da noção de *melting-pot*, cadinho de raças, tornada célebre por Sílvio Romero (1851-1914) e formulada pioneiramente pelo alemão Carl von Martius (1794-1868), a quem Prado dá os créditos pela importância atribuída ao papel de um novo tipo étnico na história do Brasil. Assim como Capistrano, Prado reconhece a importância da formulação de Martius. No entanto, no que toca ao encontro sexual entre portugueses, índios e africanos no Brasil, Capistrano trata pouco e não deixa de pensá-lo como um dos vários fenômenos que fragmentam o país. Segue-lhe a trilha Prado, porém sendo mais explícito em tudo: tanto em relação ao êxtase sexual deflagrado na colônia, quanto às consequências da miscigenação racial dele resultante. Daí à condenação da miscigenação das “três raças tristes”, o passo foi curto.

Se a colonização portuguesa deixou como legado a tristeza, no século XX a situação seria mais triste ainda. A sociedade brasileira no início do século de sua independência é “um corpo amorfo, de mera vida vegetativa, mantendo-se apenas pelos laços tênues da língua e do culto”⁵⁸, conclui Paulo Prado. Marcado por “todos

53 *Idem*, p. 105.

54 *Idem*, p. 97.

55 *Idem*, p. 09.

56 A ideia de enfermidade das nações foi largamente difundida no pensamento social latino-americano do período. Algumas obras significativas, nesse sentido, são *Manual de Patología Política* (1899), do argentino Agustín Alvarez; *El Continente Enfermo* (1899), do venezuelano César Zumeta; *Enfermedades Sociales* (1905), do argentino Manuel Ugarte; e *Pueblo Enfermo* (1909), do boliviano Alcides Arguedas. Cf. MARINI, Ruy. M. Origen y trayectoria de la sociología latinoamericana. In: _____. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá, Siglo del Hombre/CLACSO, 2008, p. 235-45.

57 PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil...*, *op. cit.*, p. 173.

58 *Idem*, p. 148.

os vícios”, o brasileiro convive com a ameaça constante da dissolução. A única confraternização existente é a do lucro e a do dinheiro. Prado aproxima-se, assim, das conclusões de Capistrano que, ao analisar três séculos de formação da nação brasileira, encontra grandes incomunicabilidades. Não existe sociedade, queixa-se Capistrano, apenas a “comunidade ativa da língua” (o português), e a “comunidade passiva da religião” (a católica)⁵⁹, dois elementos fracamente eficazes para criar soldas e amálgamas nacionais.

Em um território vasto como o do Brasil, Paulo Prado defende ser insensato nivelar as diferenças em prol de uma centralização. Isso quer dizer que a expansão e o fortalecimento do Sul, que “no fundo é São Paulo”, é o único meio de o país evitar a desagregação. O acordo perfeito, o justo equilíbrio das “forças centrífugas e centrípetas” de que falava Capistrano, está, para Prado, no “amor da independência local e da autonomia, contrabalançado pelo orgulho comum da história pátria [...]. Duas fidelidades, dois patriotismos”⁶⁰.

São Paulo, após a síncope sofrida durante os séculos XVIII e XIX, poderia retomar seu lugar através de empreendimentos que permitissem um reencontro com a grandeza do passado. Paulo Prado apresenta um indício dessa “regeneração” — última etapa do gráfico de Capistrano para o entendimento da evolução da província — ao afirmar que “outros destinos” se preparam para a antiga capitania quando é lavrado, em 1856, um decreto autorizando a construção de uma estrada de ferro para ligar Santos a Jundiaí⁶¹. Assim, a estrada de ferro mencionada pode ser vista como a possibilidade de um novo Caminho do Mar.

OS ENSINAMENTOS DO “TIPO PREDESTINADO MAMELUCO”

Ao tentar iluminar a “obscura” história da nação, Paulo Prado apresenta uma visão claramente ancorada na ideia difundida pelos institutos históricos de que seria possível filtrar da história, enquanto palco de experiências passadas, modelos e exemplos para o presente e para o futuro⁶². Em suas palavras:

A História é uma grande mestra, não somente do futuro, mas também do presente, disse Martins. Nela se acha sem dúvida a explicação dessa falha inibitória do caráter paulista, agravada pelas causas sociais que concorrem hoje para a formação da nova raça, e nela encontraremos o ensinamento de que só vivem fortes e triunfantes as coletividades que nunca abandonaram as suas prerrogativas políticas.⁶³

59 ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial...*, *op. cit.*, p. 256.

60 PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil...*, *op. cit.*, p. XVII.

61 *Idem*, *Paulística...*, *op. cit.*, 1925, p. 106.

62 Cf. GUIMARÃES, Manoel. Nação e civilização nos trópicos. *Estudos Históricos*, vol. I, n.1, p. 5-27, 1988; CEZAR, Temístocles. Lição sobre a Escrita da História: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, vol. 8, n. 1, p. 11-29, 2004; entre outros.

63 PRADO, Paulo. *Paulística...*, *op. cit.*, 1925, p. XVI.

Paulo Prado constrói uma síntese da história de São Paulo que visa incentivar um aprendizado coletivo e superar a decadência da nação, ou seja, uma composição onde esteja presente a função histórica de ensinar virtudes perdidas. Nos ensinamentos do “tipo predestinado mameluco”, Prado enxerga uma lição a ser copiada: a “de que só vivem fortes e triunfantes as coletividades que nunca abandonaram as suas prerrogativas políticas”. Assim, se no passado ele descobre a explicação para a “falha inibitória do caráter paulista”, é também no passado que ele encontra as possibilidades de superação dessa mesma “falha”. Sugere, inclusive, que as palavras de Cícero sejam grafadas em latim e em letras de ouro⁶⁴.

Nessa concepção clássica de história, que Paulo Prado parece corroborar, os acontecimentos se repetem e os atos devem ser registrados exatamente para que os homens do futuro possam olhar para seus antepassados e com eles aprender. A história é vista aqui como um ensinamento à luz das experiências dos homens anteriores, de modo que os acertos sejam repetidos e os fracassos evitados. Assim, através da comparação de relatos do passado com as convenções do presente, os historiadores não buscam a confirmação de uma verdade factual, por meio de documentos e testemunhas, mas a simples afirmação de verossimilhança e plausibilidade. O passado é quem ilumina o futuro e a relação entre o passado e o futuro é regrada pela referência ao passado⁶⁵.

A partir do final do século XVIII, no entanto, entra em cena o ideal de uma verdade precisa e rigorosa, que ambiciona dialogar com as ações dos homens não mais em função de formulações éticas e pedagógicas, mas através do cuidado em verificar se, quando e onde elas de fato existiram. Se antes se preservava uma parcela da memória, aquela que parecia coerente e verossímil aos ouvidos contemporâneos, deixando-se o resto de lado; aos poucos tudo que vem do passado passa ser olhado criticamente. Temos, portanto, uma passagem, a longo prazo, de uma concepção de verdade “que se identifica com a *ética* e se opõem ao *erro*, para uma verdade que se confunde com o *fato* e deseja afastar-se de tudo aquilo que se aproxima das fronteiras da *fantasia* ou da imaginação”⁶⁶.

O historiador moderno procura desvincular sua atividade de um significado ético e pedagógico, submetendo o passado a uma apreciação contínua e minuciosa, em um esforço que requer precisão e erudição. Incorpora toda uma série de procedimentos críticos que, em princípio, são capazes de determinar a “verdade dos fatos”, analisando documentos, confrontando testemunhos e estabelecendo quais textos são confiáveis para se conseguir uma visão realista do passado. Articula, assim, procedimentos de pesquisa e configuração discursiva. Desse modo, o método crítico pode ser descrito

64 *Idem*, Uma carta de Anchieta. *Terra Roxa e Outras Terras*, ano I, n. I, p. I, 20 jan. 1926.

65 Sobre a concepção de *Historia magistra vitae*, cf. entre outros, ARENDT, Hannah. O conceito de história: antigo e moderno. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. 2. ed. São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 69-126; HARTOG, François. O tempo desorientado: Tempo e História. “Como escrever a história da França?”. *Anos 90*, n.7, p.7-28, jul., 1997; KOELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/PUC-RJ, 2006.

66 ARAÚJO, Ricardo B. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, vol. I, n.I, p. 28-54, 1988, p. 31, *grifos do autor*.

como uma “máquina” que “se movimenta contra a história, na direção oposta àquela seguida pelo progresso”⁶⁷. O melhor exemplo dessa concepção moderna na prática brasileira talvez seja Capistrano de Abreu, com seu “faro” para a “verdade” histórica⁶⁸.

Afastando-se do excessivo apego ao passado português que até então se confundia com a história do Brasil colonial, Capistrano centra seu interesse na formação das nossas origens como nação autônoma e inaugura uma nova perspectiva historiográfica. Sua obra, rigorosa no método e competente na atribuição de sentido aos fatos, sugere questões que dizem respeito aos percursos da própria disciplina que ele pratica e aos procedimentos metódicos que delimitam as condições sob as quais uma história com pretensões científicas deve ser escrita. A história, para ele, não se confunde com uma simples coleção de documentos ou uma mera repetição cronológica do passado, precisando estar fundamentada em prova documental consistente, que permita o esclarecimento dos fatos, cujo sentido ainda precisa ser interpretado.

Ao percorrer e manusear os mesmos documentos e arquivos já frequentados por outros pesquisadores, Capistrano consegue descobrir, por exemplo, a *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador (1887) ou identificar *Princípio e origem dos índios*, de Fernão Cardim (1881). Dono de uma percepção afinada para cotejar e examinar documentos de acordo com a época em que foram escritos, Capistrano é capaz de esclarecer inúmeras questões controversas da nossa história. Essa percepção, aliada a uma dedicação incansável à procura, publicação e tradução de documentos inéditos, aproximam-no do ideal da busca “moderna” da verdade. Assim, coloca em prática um método identificado pela preocupação obsessiva em repertoriar fontes e rastrear documentos para suprir lacunas e retificar as inexatidões da história pátria.

Apesar de ser um grande interlocutor de Capistrano, Paulo Prado não parece superar, como ele, essa concepção clássica da história. Há na obra de Prado uma grande pretensão de emprestar um significado ético e pedagógico à sua atividade, prescindindo muitas vezes de um exame crítico da tradição. Aproximando-se de uma concepção clássica, Prado afirma encontrar no “segredo do passado” a “decifração dos

67 *Idem*, p. 41.

68 Sobre a concepção moderna presente na historiografia de Capistrano de Abreu, cf., entre outros: CANABRAVA, Alice. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano. *Revista de História*, vol. 18, n. 88, p. 417-424, 1971; WEHLING, Arno. Capistrano de Abreu: a fase cientificista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 331, p. 43-91, 1976; NOVAIS, Fernando. Preface. In. ABREU, Capistrano. *Chapters of Brazil's Colonial History*. New York, Oxford University Press, 1977, p. XVII-XXXIV; ARAÚJO, Ricardo. B. *op. cit.*; GOMES, Angela. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, FGV, 1996; BOTTMANN, Denise G. *Padrões explicativos da historiografia brasileira*. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1999; IGLESIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Nova Fronteira/ UFMG, 2000; RODRIGUES, José. H. Explicação. In. ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial*. 7. ed. Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/USP, 1988, p. 11-41; VAINFAS, Ronaldo. Texto introdutório. In. SANTIAGO, Silviano. (org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2000, vol. 2, p. 3-23; PEREIRA, Daniel. *Descobrimientos de Capistrano: a história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”*. Rio de Janeiro, Apicuri, 2010; e OLIVEIRA, Maria G. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro, FGV, 2013.

problemas de hoje”⁶⁹. Ao buscar a força e o triunfo perdido no tempo histórico, acaba selecionando, sem meios termos, aspectos que justifiquem a hegemonia paulista sobre o Brasil, privilegiando a memória referente aos primeiros mamelucos sem submetê-la a uma apreciação contínua e minuciosa. Prado apresenta assim um exame crítico relativo da tradição e, a partir dele, enxerga no passado paulista um exemplo a ser seguido pela nação.

A opção pela escrita de ensaios, de certa forma, também afasta Paulo Prado da busca da “verdade” nos termos da historiografia moderna, aproximando-o de “um gênero incerto onde a escritura rivaliza com a análise”⁷⁰, ou seja, onde campos distintos como literatura e ciência podem coexistir, senão em harmonia, ao menos de forma convergente na prática da crítica. É possível observar em sua obra um esforço de sistematização de uma realidade histórica que não se detém no método crítico, mas também não apresenta a redução documental proposta pela história da literatura. Trata-se de uma reflexão “em que se combinam com felicidade maior ou menor a imaginação e a observação, a ciência e a arte”⁷¹.

Paulo Prado, sobretudo em *Retrato do Brasil*, filia-se a uma trilha ensaística, adicionando aos seus textos uma dimensão literária e artística que não é evidente na obra de Capistrano, já que este não vê a história como arte, mas como a ciência. No entanto, é Capistrano quem recomenda a Prado, em sua primeira orientação, a leitura do poeta inglês Robert Southey (1774-1843) que, entre 1810 e 1819, publica, em Londres, sua *History of Brazil* em três volumes. Ainda que elogie Southey, Capistrano deixa claro que o ponto de vista histórico é totalmente diferente do literário. A história, a seu ver, atingiu um grau de desenvolvimento que lhe credencia entre as ciências. Por isso cobra de seus amigos mais próximos e de seus contemporâneos uma prática condizente com os avanços da disciplina.

Os textos documentais são, para Capistrano, verdadeiros testemunhos autênticos do passado, daí sua permanente preocupação com as “lacunas” historiográficas e as inexatidões documentais. Mas o historiador, afirma ele, não deve deixar-se escravizar pelo conteúdo dos documentos, sendo imprescindível saber indagar, propor questões, encaminhar respostas e soluções para que se torne possível compreender as razões por trás dos acontecimentos. Capistrano enfatiza a necessidade de se conhecer a existência real, individualizada, de cada período histórico — os diferentes séculos da história do Brasil —, enxergando os fenômenos culturais e sociais como elementos integrantes de épocas e períodos distintos, que possuem sentido contextual e, portanto, relativo.

Se Capistrano busca a empiria e o esforço de totalização, podemos dizer que Paulo Prado apresenta um ensaio e um retrato dessa mesma totalidade. Deixando por vezes em um segundo plano as minúcias factuais decorrentes do apego documental típico da historiografia defendida por Capistrano, Prado retrata as principais características do período com pinceladas fortes, utilizando um idioma literário e artístico que ele mesmo denomina como impressionista.

69 PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil...*, op. cit., p. 182.

70 BARTHES, Roland. *Aula*. São Paulo, Cultrix, 1996, p. 07.

71 CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade*. 8. ed. São Paulo, T. A. Queiroz, 2002, p. 119.

Ao se aproximar de Capistrano, Paulo Prado certamente estava interessado no rigor do método. Toda sua trama argumentativa, inclusive, está fundamentada em ampla documentação: cronistas, viajantes, cartas de jesuítas e de colonos, relatórios oficiais, documentos da Inquisição e registros de historiadores. Essa documentação, no entanto, às vezes é referenciada em notas de rodapé, outras vezes é omitida e, em alguns casos, é simplesmente mencionada genericamente em frases como: “Disse um sociólogo americano”⁷², “segundo uma informação jesuítica”⁷³, “informam os cronistas castelhanos”⁷⁴. Além disso, ao transcrever trechos de leituras que o impressionam, Prado amolda-os em paráfrases com aspas para harmonizar com sua escrita ensaística⁷⁵.

Ainda assim, o diálogo com Capistrano é evidente nas referências bibliográficas presentes direta ou indiretamente na obra de Paulo Prado, o que inclui, não só o próprio Capistrano, mas também Southey, Varnhagen, Antonil, Fernão Cardim, Frei Vicente de Salvador, Heitor Furtado de Mendonça, entre muitos outros. Além das Atas da Câmara Municipal de São Paulo e de Santo André, do Arquivo do Estado, dos Anais da Biblioteca Nacional e de documentos provenientes das revistas do IHGSP e IHGB.

Sem a interlocução com Capistrano, Paulo Prado certamente não teria escrito a obra que escreveu e talvez enveredasse por outros caminhos ao “penetrar” a “selva escura da história do Brasil”. No entanto, ainda assim é difícil enxergá-lo como um historiador *à la* Capistrano. Se este, com seu “faro da verdade”, abre espaço para um novo campo na historiografia brasileira, Prado muitas vezes diverge de suas perspectivas teóricas e, principalmente, metodológicas.

SOBRE A AUTORA

THAÍS CHANG WALDMAN tem experiência na área do pensamento social brasileiro e da história intelectual e cultural, com ênfase nos diálogos que a antropologia estabelece com as artes, a literatura e a história, assim como com a construção de um imaginário social e urbano. É membro dos grupos de pesquisa/CNPq “ASA — artes, saberes e antropologia” (PPGAS/USP) e “Itinerários Intelectuais, Imagem e Sociedade” (CECH/UFS).
E-mail: tatawald@yahoo.com.br

72 PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil...*, *op. cit.*, p. 190.

73 *Idem*, p. 36.

74 *Idem*, p. 25.

75 Calil faz um cotejo dos originais manuscritos e datilografados de *Retrato do Brasil* com as provas da primeira edição e com as edições seguintes, e constata que as citações divergem consideravelmente de uma transcrição para outra. Cf. CALIL, Carlos A. (org.). *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. 9. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 7-31.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, C. *Capítulos de história colonial*. 7. ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Universidade de São Paulo, 1988.
- ABREU, C. *Ensaio e estudos: crítica e história*. 4. série. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.
- ABREU, C. Prefácio. In: MENDONÇA, H. F. *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça*. Denúncias da Bahia 1591-93. São Paulo, Paulo Prado, 1925.
- ABREU, C. Prefácio. In: MENDONÇA, H. F. *Primeira visitação do Santo Ofício às partes do Brasil pelo licenciado Heitor Furtado de Mendonça*. Confissões da Bahia (1591-92). São Paulo, Paulo Prado, 1922.
- AMED, F. *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo, Alameda, 2006.
- ANDRADE, O. Retoques ao *Retrato do Brasil*. *O Jornal*. 06 jan.1929.
- ARAÚJO, R. B. Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. *Estudos Históricos*, vol. 1, n.1, p. 28-54, 1988.
- ARENDT, H. O conceito de história: antigo e moderno. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. 2. ed. São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 69-126.
- BARTHES, R. *Aula*. São Paulo, Cultrix, 1996.
- BERRIEL, C. *Tietê, Tejo e Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas, Papirus, 2000.
- BLAJ, I. *A Trama das tensões*. São Paulo, Humanitas, 2002.
- BOTTMANN, D. G. *Padrões explicativos da historiografia brasileira*. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 1999.
- CALIL, C. A. (org.). *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. 9. ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.
- CÂMARA, J. A. *Capistrano de Abreu: tentativa biobibliográfica*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1969. (Coleção Documentos Brasileiros, vol. 136)
- CANABRAVA, A. Apontamentos sobre Varnhagen e Capistrano. *Revista de História*, vol. 18, n. 88, p. 417-424, 1971.
- CANDIDO, A. *Literatura e Sociedade*. 8. ed. São Paulo, T. A. Queiroz, 2002.
- CEZAR, T. Lição sobre a Escrita da História: historiografia e nação no Brasil do século XIX. *Diálogos*, vol. 8, n. 1, p. 11-29, 2004.
- COSTA, V. P. História Geral das Bandeiras Paulistas. In: MOTA, L. (org.) *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. 3. ed., São Paulo, SENAC, 2001, vol. 2, p. 97-121.
- DE LUCA, T. R. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo, UNESP, 1999.
- FERREIRA, A. *A epopeia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870- 1940)*. São Paulo, UNESP, 2002.
- GOMES, A. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, FGV, 1996.
- GONTIJO, R. “Paulo amigo”: amizade, mecenato e ofício do historiador nas cartas de Capistrano de Abreu. In: GOMES, A. (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro, FGV, 2004, p.163-193.
- GUIMARÃES, M. Nação e civilização nos trópicos. *Estudos Históricos*, vol. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.
- HARTOG, F. O tempo desorientado: Tempo e História. “Como escrever a história da França?”. *Anos 90*, n.7, p.7-28, jul., 1997.
- IGLESIAS, F. *Historiadores do Brasil: capítulos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro/Belo Horizonte, Nova Fronteira/ UFMG, 2000.
- KOSELLECK, R. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/PUC-RJ, 2006.

- LEVI, D. *A Família Prado*. São Paulo, Cultura 70, 1977.
- LOBATO, M. *Urupês*. 2. ed. São Paulo, Monteiro Lobato e Cia, 1923.
- MARINI, R. M. Origen y trayectoria de la sociología latinoamericana. In: _____. *América Latina, dependencia y globalización*. Bogotá, Siglo del Hombre/CLACSO, 2008, p. 235-45.
- NOVAIS, F. Preface. In: ABREU, C. *Chapters of Brazil's Colonial History*. New York, Oxford University Press, 1977, p. xvii-xxxiv.
- OLIVEIRA, M. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro, FGV, 2013.
- OTÁVIO FILHO, R. A vida de Capistrano de Abreu. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 221, out/dez, 1953.
- PASSIANNI, E. *Na trilha do Jeca*: Monteiro Lobato e a formação do campo literário no Brasil. São Paulo, Edusc, 2003.
- PEREIRA, D. *Descobrimientos de Capistrano*: a história do Brasil “a grandes traços e largas malhas”. Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.
- PRADO, P. *Retrato do Brasil*: ensaio sobre a tristeza brasileira. São Paulo, Duprat- Mayença, 1928.
- PRADO, P. *Paulística*: história de São Paulo. São Paulo, Monteiro Lobato, 1925.
- PRADO, P. *Paulística*: história de São Paulo. 2. ed. Rio de Janeiro, Ariel, 1934.
- PRADO, P. Prefácio. In: COELHO, H. *Joaquim Nabuco*: esboço biográfico. São Paulo, Monteiro Lobato, 1922.
- PRADO, P. Uma carta de Anchieta. *Terra Roxa e Outras Terras*, ano 1, n. 1, p.1, 20 jan. 1926.
- REGO, J. L. Paulo Prado. *O Jornal*. 13 nov. 1943.
- ROCHA, G. Nação, tristeza e exotismo no Brasil da belle époque. *Varia História*, vol. 24, n. 24, p. 172-189, 2001.
- RODRIGUES, J. H. (org.) *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, vol. 2.
- RODRIGUES, J. H. Explicação. In: ABREU, C. *Capítulos de história colonial*. 7. ed. Belo Horizonte/ São Paulo, Itatiaia/USP, 1988, p. 11-41.
- SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
- VAINFAS, R. Texto introdutório. In: SANTIAGO, S. (org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2000, vol. 2, p. 3-23.
- WEHLING, A. Capistrano de Abreu: a fase cientificista. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 331, p. 43-91, 1976.